



# AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS  
DAS FORÇAS ARMADAS

## COMUNICADO

### DO BATALHÃO DOS PROBLEMAS AO BATALHÃO DAS SOLUÇÕES

Sobre a grave situação das Forças Armadas começam agora a chegar a público alguns lamentos, embora tardios e ‘mal uniformizados’, procurando efeito na crise que assola a Instituição Militar. Tal como a AOFA tem sucessivamente referido aos responsáveis pelo exercício do dever de tutela, o Batalhão dos Problemas não se resolve apenas com o desmuniado Plano de Ação para a Profissionalização, propagandeado com coloridas apresentações, por gente sempre mui ilustre mas que, à semelhança de inúmeras pseudo-soluções apresentadas pela Tutela, nunca contribuiu de forma reveladora e justa para a resolução dos problemas do principal garante da soberania e da independência de Portugal: As suas Forças Armadas - fortes, coesas, disciplinadas e portadoras dos Altos Valores Militares.

Os catastróficos e previsíveis resultados desses pseudo-planos constatam-se à vista desarmada, tal como a AOFA também tem vindo sempre a referir, e revelam que afinal tudo não é mais do que um plano premeditado e vocacionado para a descaracterização das Forças Armadas e dos militares, até porque é cada vez mais à Administração Interna que compete o controlo das atividades e das missões militares, em clara disformidade com os preceitos constitucionais, mas não só..

A escassez de pessoal para servir o nosso País nas fileiras é o tema do momento, o qual ainda assim parece quase sempre desvalorizado por aqueles que têm a responsabilidade exclusiva da decisão nestas sensíveis matérias, tal é a manifesta competência dos que em cada momento ocupam os cargos nos Órgãos de Soberania que supostamente tutelam a componente militar da Defesa Nacional colocada ao serviço desta sanha destruidora.

No Batalhão dos Problemas que está diariamente a produzir nas Forças Armadas Portuguesas uma situação intolerável, nem sequer já é a escassez de pessoal o principal problema. A falta de efetivos, agora finalmente identificada, não é uma causa da crise nas Forças Armadas, mas sim uma profunda consequência da menorização dos militares que se transmite à sociedade em geral... e que está a hipotecar a Soberania Nacional. O período demolidor da Defesa Nacional resultante do reformismo

saudosista do período de 2011 a 2015 está a dar os seus frutos, adensados na continuidade de ação dos sucedâneos. E são também evidentes os resultados da criação da Supraministerial Direção Geral de Recursos do MDN, que fundiu pessoal e material num mesmo saco. E para manter intocável a ação reformista e disfarçar as evidências, joga-se às ilusões a criação de uma Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes.

Quanto menos se despende com despesas de pessoal mais sobra para os negócios.

Com cada vez menor número de efetivos, cada vez mais mal pagos (até em comparação direta com outros Corpos Especiais), adiando e incumprindo nos pagamentos que lhe são devidos, com uma erosão brutal do pessoal, do material e das infraestruturas cada vez mais exauridas, degradadas e inoperáveis, que já superam os limites do tolerável, para onde escorrem os ostentados orçamentos anuais crescentes para a área da Defesa?

No Batalhão dos Problemas que está diariamente a provocar nas Forças Armadas Portuguesas uma situação inenarrável, já nem sequer é apenas um problema de atividade operacional que se coloca, mas também a crescente divisão entre os militares no ativo e os antigos combatentes, com prejuízos financeiros nas carreiras e nas pensões, danos na saúde dos militares e nas suas famílias, cada vez mais difíceis de conciliar com uma mente sã e corpo saudável, disponíveis para servir Portugal. E já estão no ar inúmeras, e “inovadoras”, manobras divisórias de dar a uns esquecendo outros e um rol sem fim de promessas que não foram validadas por quem manda: o Ministro das Finanças!

Com os militares desconsiderados sem prestígio e sem condições mínimas para o cumprimento da missão - com base na disciplina e na honra - quem é que estará disponível para ingressar nestas Forças Armadas? Quem é que quer servir hoje, sem horários, sem salários atrativos, sem horas extraordinárias devidamente compensadas, sem direitos de negociação e representação coletiva para discutir e defender condições de trabalho, em ambiente de risco e penosidade, com sacrifício da própria vida, fora do conforto familiar, numa Instituição hostilizada e humilhada?

A AOFA considera que o processo de desconstrução ou de pré-falência não pode ser um ‘toque a finados’, não pode ser a antecâmara de uma morte anunciada, mas deverá ser um ‘toque de alvorada’ para o respeito pela Condição Militar e pelo Estatuto dos Militares das Forças Armadas, base essencial para a formação do Batalhão das Soluções, sendo que para isso terá que se mudar a

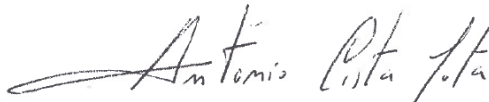
perspetiva sobre a Instituição Militar, não aceitando a delapidação da Instituição, dos interesses de Portugal, respeitando e valorizando os militares e a família militar, seja por força de salários justos e compatíveis com o sacrifício pessoal exigido, seja com uma assistência na doença (a tal que é integralmente paga pelos militares) condigna e sustentada, ou ainda, pelo simples cumprimento das datas de promoção dos militares (com todas as implicações financeiras que dali resultam).

Há que inverter tais caminhos, reconhecer erros e aqui, como para o resto dos Cidadãos Portugueses, efetivamente fazer justiça, recuperar direitos e começar a criar urgentemente soluções dando corpo ao conceito de cidadania plena, como fazem os países evoluídos, ao invés de continuar com promessas vãs e de esperas sem sentido!

As recentes palavras do Senhor Presidente da República no sentido de “Não Renunciar, Não Desistir” reforçam as razões de sempre da AOFA e só podem ser entendidas como um apelo reforçado à inevitável Resistência por parte de todos os Militares, aos mais diversos níveis da hierarquia, para que exerçam decididamente todos os procedimentos de Dever de Tutela que lhes incumbem, denunciando todos os problemas com que diariamente se confrontam e lhes são transmitidos, preservando de forma intransigente e primariamente, a segurança e a integridade de todos quantos servem nas Forças Armadas, e dessa forma não renunciando aos seus mais legítimos Direitos, Interesses e Expectativas, numa clara demonstração de coragem, ausência de medos infundados e plena consciência de cidadania, características pelas quais os Militares são conhecidos e reconhecidos e das quais nunca deverão abdicar. ESTAMOS JUNTOS!

**Trafaria, 2 de março de 2020**

O Presidente



António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-Coronel